



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

TERRITORIALIDADE, MEMÓRIA COLETIVA E ANCESTRALIDADE ESCRAVA: ELEMENTOS DE AUTO-IDENTIFICAÇÃO QUILOMBOLA DE UMA COMUNIDADE NEGRA RURAL NA ZONA SUL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Leandro Haerter

Técnico em Assuntos Educacionais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense, Campus Pelotas. Tutor à Distância no Curso de Aperfeiçoamento em Educação para as Relações Étnico-raciais. Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Pelotas
E-mail: leandro@pelotas.ifsul.edu.br

I- Introdução

A Dissertação intitulada “Uma Etnografia na Comunidade Negra Rural Cerro das Velhas: memória coletiva, ancestralidade escrava e território como elementos de sua auto-identificação quilombola”, defendida em setembro de 2010 junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Pelotas, investigou como acontece a construção do processo de auto-identificação quilombola em uma comunidade negra rural – Cerro das Velhas – localizada no 5º Distrito do município de Canguçu, Zona Sul do estado do Rio Grande do Sul.

Nesse sentido, apresentamos alguns marcadores identitários presentes na realidade de auto-identificação quilombola da referida comunidade, destacando uma memória coletiva vinculada às velhas que deram origem a esse coletivo de afrodescendentes a partir de uma “deixa” de terras, sua ancestralidade negra/escrava e estratégias de territorialização que remontam ao período do pós-Abolição.

II- Memória coletiva, ancestralidade negra/escrava e território

As comunidades negras rurais surgem no território brasileiro no contexto do pós-Abolição, a partir dos antigos quilombos constituídos por escravos fugidos do



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

sistema escravocrata ou através da doação de domínios aos negros por parte de seus senhores (ANJOS, BAPTISTA DA SILVA, 2004).

Mais recentemente, com o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal (BRASIL, 1988), tais comunidades passam a ter uma enorme visibilidade social e política, em razão da possibilidade concreta de alcançarem o *status* de “remanescentes de quilombos”, condição que, sobretudo, possibilita a posse definitiva de suas terras tradicionalmente ocupadas (ALMEIDA, 2006).

Entretanto, não é apenas a incidência de pesquisas acadêmicas nessas comunidades o elemento essencial para sua grande visibilidade social no cenário político brasileiro, é, sobretudo, a possibilidade concreta de serem reconhecidas pelo Estado brasileiro como “remanescentes de quilombos”.

Esse contexto favorece – mas não é seu motor principal – a ressignificação de identidades coletivas e de modos de vida dessas pessoas e estimula a constituição de novos atores políticos, merecendo maiores reflexões e pesquisas acerca dessa temática. “Quilombola” é o termo pelo qual as comunidades negras rurais que estejam reivindicando sua condição de “remanescentes de quilombos” perante o Estado normalmente se reconhecem. O processo de auto-identificação, considera as trajetórias histórica e culturais, memórias coletivas e estratégias próprias de permanência em seu território e, por esse motivo, esses novos atores não se configuram apenas como uma categoria jurídica, mas, sobretudo, identitária.

Cabe sublinhar que em 19 de fevereiro de 2010, durante a “Cerimônia de Entrega das Certidões de Autodefinição – Comunidades Quilombolas”, realizada no município de Pelotas, contou com a presença de Ronaldo Rodrigues de Oliveira, Assistente Técnico da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR da Presidência da República, mostrou a existência de 3.524 comunidades remanescentes de quilombo identificadas no Brasil, destacando os estados da Bahia, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Pernambuco, Piauí e Rio Grande do Sul. Salientou também a existência de 1.305 comunidades certificadas pela Fundação Cultural Palmares, 800 processos abertos junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e 96 títulos emitidos entre 1995 e 2008, beneficiando 185 comunidades em todo o território nacional (OLIVEIRA, 2010).



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

O referencial empírico é a comunidade negra rural Cerro das Velhas, situada na localidade da Armada, no 5º Distrito do município de Canguçu, Zona Sul do estado do Rio Grande do Sul. A referida comunidade que encontra-se empreendendo esforços para o seu reconhecimento estatal como “remanescente de quilombo”, tendo recebido em fevereiro de 2010, sua “Certidão de Auto-definição”.

Podemos descrever esta comunidade, em linhas gerais, como um território misto, composto por negros, “alemães” entre outros... uma comunidade negra camponesa que mantém relações de complementação econômica (BARCELLOS; CHAGAS; FERNANDES et al, 2004) com o meio urbano do próprio município e de municípios vizinhos. Possui aproximadamente 45 famílias, que têm na agricultura, na pecuária e nas aposentadorias suas principais formas de subsistência. Cada família possui, em média, 2 hectares de terra onde plantam para a subsistência.

As estratégias de territorialização, a memória coletiva e a ancestralidade escrava constituem os principais elementos de auto-identificação quilombola da comunidade negra rural Cerro das Velhas (HAERTER, 2010). Esses elementos são fundamentais ao processo de reelaboração identitária da comunidade enquanto quilombola e contribuem decisivamente para que esse coletivo de afrodescendentes se reconheça com tal. Paralelamente a isso, percebemos na realização da etnografia a presença de fortes laços de reciprocidade, a influência de mediadores externos e de projetos coletivos futuros, bem como a importância da Associação Quilombola Cerro das Velhas no seu processo de auto-identificação quilombola.

A identidade social quilombola não é única e ainda se encontra em construção no contexto da comunidade negra rural investigada. Não é pronta, sendo acionada mais fortemente quando sua pertença étnica é reforçada a partir de categorias políticas, tendo em vista um nós coletivo (NOVAES, 1993; BARTH, 1998; CUCHE, 2002).

Para fins metodológicos, utilizamos o entendimento de etnografia proposto pela teoria interpretativa de Geertz (1989), buscando uma “descrição densa” e tentando apreender os significados das ações para o grupo investigado. Uma escrita em “segunda mão” (GEERTZ, 1989) que procura, a partir das relações, apreender o “ponto de vista do nativo”.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

[...] praticar a etnografia é estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, manter um diário, e assim por diante. Mas não são essas coisas, as técnicas e os processos determinados, que definem o empreendimento. O que define é o tipo de esforço intelectual que ele representa: o risco elaborado para uma “descrição densa” [...] (p. 15).

A descrição etnográfica, nessa perspectiva, é interpretativa, tomando como referência fundamental os significados atribuídos pelas pessoas. A cultura, assim, é entendida como uma “teia de significados” cujas acepções podem ser descritas com densidade. E o pesquisador, aquele que faz uma leitura em “segunda mão”, pois somente um nativo tem condições de elaborar em primeira mão a versão cultural de seu grupo (GEERTZ, 1989).

Tendo em vista a opção metodológica adotada, priorizamos a observação participante, a entrevista aberta, as interações, a elaboração de genealogias e a manutenção constante de um diário de campo.

A escolha desta comunidade negra rural específica justifica-se por termos conhecimento prévio de que a mesma se auto-identifica como quilombola e empreende esforços no sentido de seu reconhecimento estatal como remanescente de quilombo. Como exemplo, enfatizamos as reuniões mensais da Associação Quilombola Cerro das Velhas e as articulações com organizações não governamentais, em especial o Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor.

Em razão de estarmos interessados em apreender os elementos que informam sobre o processo de auto-identificação quilombola da comunidade negra rural Cerro das Velhas, investigamos os modos de vida e as práticas sociais dos negros membros desta comunidade. Contudo, é interessante observar que a categoria “quilombola” não é um dado pronto, mas sim um constructo cotidiano atravessado por outras categorias, como é o caso de “pequenos agricultores” e “agricultores familiares”. Muito embora reconheçamos outros atravessamentos identitários e a não existência de uma categoria única transitando na realidade concreta da comunidade, este trabalho em sua especificidade se ocupa com o processo de reelaboração identitária quilombola da mencionada comunidade negra rural.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

As comunidades negras rurais, também chamadas terras de pretos, surgem a partir dos quilombos constituídos por negros que fugiram do sistema escravocrata. O conceito histórico de quilombo foi definido pelo Conselho Ultramarino, em 1740, como meio de controle dos escravos no período colonial. As denominadas terras de pretos resultam de domínios doados, entregues ou adquiridos com ou sem formalização jurídica, à família de ex-escravos a partir da desagregação das grandes propriedades monocultoras” (ANJOS; BAPTISTA DA SILVA, 2004, p. 27).

Cabe salientar a contribuição teórica da Antropologia para a ampliação do conceito tradicional de quilombo. De acordo com O'DWYER (2002), a Associação Brasileira de Antropologia criou no ano de 1994 um Grupo de Trabalho, definindo quilombo como:

[...] Contemporaneamente, portanto, o termo quilombo não se refere a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica. Também não se trata de grupos isolados ou de uma população estritamente homogênea [...] consistem em grupos que desenvolveram práticas cotidianas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos e na consolidação de um território próprio [...] (O'DWYER, 2002, p. 18).

Com isso, temos uma ampliação da compreensão do conceito de quilombo anteriormente forjado pelo Conselho Ultramarino como um agrupamento isolado de negros fugidos do sistema escravocrata. Esta definição antropológica e contemporânea, amplifica a discussão e o número de comunidades passíveis de serem definidas como quilombo.

Ou, nas palavras de Arruti (2006, p. 81-82):

[...] não são as “reminiscências” de antigos quilombos [...] mas “comunidades”, isto é, organizações sociais, grupos de pessoas que “estejam ocupando suas terras” [...] diz respeito, na prática, aos grupos que estejam se organizando politicamente para garantir esses direitos e, por isso, reivindicando tal nomeação por parte do Estado [...] (p. 81-82).



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Assim, esta abordagem antropológica contemporânea considera as experiências de territorialização, as práticas históricas de constituição de um território próprio, a manutenção de modos de vida, as histórias de resistência e experiências coletivas (BARCELLOS, 2004; LEITE, 2004).

A memória coletiva da comunidade negra rural Cerro das Velhas é um dos elementos acionados e bastante presentes no seu processo de auto-identificação quilombola.

Essa memória coletiva é vinculada às velhas escravocratas que deram origem à comunidade através de uma “deixa” de terras. Senhoras fazendeiras, proprietárias de escravos, irmãs, solteiras, muito “bondosas”, que não tiveram descendentes “de sangue” e que registravam os filhos dos seus (ex)escravos com seu sobrenome “Mendes”, deixando suas terras para os mesmos.

A etnografia aponta uma memória coletiva em relação às velhas escravocratas que nos remete a uma ancestralidade não por consangüinidade, mas por “adoção”. Os interlocutores se referem a elas dizendo que eram bondosas, mostrando um grande vínculo afetivo (HAESBAERT, 2006) em relação a esta memória. Velhas que ora são duas, ora são três, aparecendo a narrativa de que uma delas poderia ser malvada com seus escravos, muito embora a versão das velhas bondosas prevaleça.

Inclusive entre os interlocutores mais velhos, era freqüente as narrativas de que as velhas Mendes “criavam muitos negrinhos”, iam adotando “filhos de negros” e quando estes atingiam a maturidade constituíam família e ganhavam um pedaço de terra para morar.

Nas palavras de um interlocutor:

“o que eu sei é que elas gostavam, vinham criando esses negrinhos e os negrinhos se criavam, ficavam rapaz, moços, agarravam mulher ou casavam, ‘onde é que eu vou morar?’, ‘onde é a minha posse?’, ‘onde é a minha casa?’, ‘tu faz a tua casinha, escolhe lugar, faz a tua casinha’, ‘ah, eu vou fazer lá, na tal figueira tal, na pedra essa, na pedra aquela’, ‘pois então faz lá’. Os negrinhos delas nasciam, iam se criando, elas iam cuidando deles também. Os negrinhos se criavam, ‘onde é que eu vou fazer a minha casinha?’, ‘faz aí, em tal lugar’. A população ia crescendo e eles se expandindo”.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Nessa comunidade negra rural predomina, nos termos de Weber (s/d), a crença em uma procedência/ancestralidade comum, na medida em que parte expressiva dos negros da comunidade de reconhece como descendentes dos (ex)escravos das velhas Mendes.

Também é frequente as narrativas de que o Cerro das Velhas há muitos anos era povoado por casas de barreado, casas que em sua maioria não existem mais. Isso mostra que as pessoas que moravam nas casas de barro, permaneciam “agarradas naquela terra”, como nos narrou um interlocutor.

Em termos teóricos, Pollak (1989), Halbwachs (1990) e Benjamim (1994) trabalham na perspectiva da memória coletiva enquanto construção social e compreendem o tempo como agente de transformações sociais, o que é de fundamental importância, considerando o enfoque da temática proposta.

A memória coletiva, para Halbwachs (1990) tem uma função social bastante relevante que é a coesão social, através da manutenção de uma “comunidade afetiva”. A memória é processo, não é única e é construída por silêncios e por esquecimentos. Nos mostra muito sobre a prática da história vivida (POLLAK, 1989), pela relação entre história narrada e vivida, o que apóia a idéia de que o passado não pode ser apresentado apenas de uma única maneira.

Conforme íamos participando das reuniões da Associação Quilombola Cerro das Velhas e realizando entrevistas e conversas informais, foi possível perceber o quanto essa memória coletiva atrelada às velhas escravocratas tem um grande poder para acionar/evocar projetos futuros e coletivos, em especial quando algum membro da comunidade participa em instâncias importantes como o Fórum de Agricultura Familiar, a Prefeitura Municipal de Canguçu e agentes externos. Entre os projetos mais urgentes estão: uma sede permanente para a referida Associação Quilombola, a continuidade de projetos já existentes como a farmácia caseira e a lavoura comunitária e, sobretudo, a regularização de suas terras que ocupam tradicionalmente.

Nossa pesquisa mostrou que “quilombola” é um termo novo dentro da realidade cotidiana da comunidade negra rural Cerro das Velhas, e por este motivo o espaço propiciado pela Associação Quilombola Cerro das Velhas é usado para a sua própria instrumentalização, refletindo problemas da comunidade, projetos coletivos e sua própria condição quilombola.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Com o avanço da etnografia, tivemos acesso ao nome de uma das velhas escravocratas, “Maria Altina Mendes” e através dos arquivos chamados “Documentos da Escravidão”, disponíveis na Internet, conseguimos elementos muito ricos. Entre eles, alguns trechos reveladores de cartas de alforria onde esta senhora escravocrata “bondosa” concedia liberdade a duas escravas e ao filho de uma delas, somente após a sua morte. Com isso, podemos relativizar a questão das velhas “bondosas” e ao mesmo tempo compreender a fluidez e dinâmica do processo elaboração dessa memória.

A questão do estudo da memória coletiva da comunidade negra rural Cerro das Velhas trouxe uma série de narrativas que mostram experiências comuns e socialmente compartilhadas que nos remetem a uma ancestralidade própria. Algumas narrativas são esclarecedoras no sentido de apresentar estratégias de territorialização específicas entre os (es)escravos e as velhas escravocratas, seja através da doação, seja através da negociação com essas senhoras por uma maior autonomia.

O território constitui outro aspecto presente no processo de auto-identificação quilombola da comunidade negra rural Cerro das Velhas.

A noção de território diz muito sobre a cultura e o cotidiano das pessoas, sendo elemento que favorece a construção de identidades. Nas palavras de Haesbaert: “[...] *o território é ‘um construtor de identidade, talvez o mais eficaz de todos’* [...]” (Bonnemaison; Cambrèzy apud Haesbaert, 2007, p. 51).

Trabalhamos nessa perspectiva de território adotada por Haesbaert (2007), tomando esse conceito em suas dimensões natural, política, social, etc.

O território, de qualquer forma, define-se antes de tudo com referência às relações sociais (ou culturais, em sentido amplo) em que está mergulhado, relações estas que são sempre, também, relações de poder [...]. (HAESBAERT, 2007, p. 54)

Para o autor, território possui um sentido relacional, ou seja, é construído no seio das relações sociais, o que abarca as relações de poder, espaço vivido, práticas cotidianas e dinâmicas locais.

Território é uma categoria-chave para a compreensão dos espaços de sobrevivência das pessoas, da manutenção de sua cultura, da ressignificação de suas



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

práticas. Nesse sentido, torna-se pertinente compreender, entre outros aspectos, como se dá a constituição do território da comunidade negra rural Cerro das Velhas.

Essa constituição desse território aconteceu, conforme nos aponta a memória coletiva da comunidade, pela “deixa” de terras por parte das velhas escravocratas de sobrenome Mendes aos seus (ex)escravos. Interessante ressaltar que, muito provavelmente, já no período do pós-Abolição os negros descendentes “por adoção” das velhas escravocratas ocupavam as terras de suas antigas proprietárias. Presumimos, assim, que os antigos escravos e seus descendentes – os Mendes – permaneceram ocupando tradicionalmente essas terras.

Torna-se interessante relatar que em muitas situações as pessoas mostravam suas lavouras e plantações, indicando o vínculo que mantêm com relação ao seu território. Cercas de bambu, casas de barreado e artesanatos em palha são lembrados como saberes tradicionais, aprendidos de geração em geração.

Durante a pesquisa etnográfica, também surgiram relatos de expropriação de terras, como por exemplo: “o negro aqui está em cima da pedra”, se referindo à parte não agriculturável das terras. Ou ainda, as fazendas aumentavam sua extensão, pois seus donos iam “empurrando com a barriga” as suas cercas, deixando os negros com uma parte cada vez menor de terra.

Nesse território, quando fazemos referência à questão quilombola, algumas frases são bastante recorrentes, entre elas: “aqui nós somos quilombolas”, “somos negros”, “descendentes de escravos”. Paralelamente a isso, surgem afirmações étnicas que nos remetem à ancestralidade e à noção de “raça”, como “eu sou negro porque minha mãe era negra” ou “eles são da raça negra, o que escapou do branco, ele é negro”.

Nesse processo de auto-identificação quilombola, percebemos que memória coletiva, ancestralidade escrava e territorialidade são elementos fundamentais presentes e acionados pela comunidade negra rural Cerro das Velhas na reivindicação de uma identidade quilombola, que perpassa projetos futuros e adscrição étnica.

Em termos de estratégias de territorialização, levando em consideração a pouca área disponível para o plantio que cada família negra possui, a migração de membros de uma mesma família para outros municípios tem sido utilizada para contribuir que outros membros da família permaneçam na terra.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

Além disso, percebemos a presença de fortes laços de reciprocidade entre os moradores dessa comunidade negra rural, em especial, através de um sistema de trocas próprio (MAUSS, 1974), uso comum de água e de terra, a plantação em sociedade e a manutenção de uma lavoura comunitária.

Uma outra estratégia de territorialização que nos remete ao período do pós-Abolição é justamente as “negociações” presentes na memória coletiva da comunidade com relação aos antepassados escravos que buscavam uma maior autonomia. Esse espaço era conquistado, conforme apresentado por nossos interlocutores, através da doação de “pedaços de terra” para os filhos dos escravos por parte das velhas escravocratas, bem como na formação de famílias e constituição de lavouras pelos escravos e “filhos de criação” dessas senhoras. Esse contexto nos sugere a presença de expressivas negociações entre senhoras e escravos.

Igualmente relevante nesta discussão sobre território, é percebermos a identidade cultural ou o processo de reelaboração identitária como uma construção social (BARTH, 1998; CUCHE, 2002). Dessa forma, identidade e auto-identificação não podem ser categorias encerradas em uma única perspectiva. Tanto a identidade quanto o processo de auto-identificação são fluidos e se (re)constroem constantemente. Podemos, inclusive, admitir que “quilombola” dentro da realidade investigada, é uma categoria “de fora”, mas que está se tornando êmica em função das articulações e do seu uso constante.

A questão da auto-identificação quilombola está diretamente relacionada à questão da ancestralidade negra/escrava, à noção de “raça”, a uma memória coletiva que remonta a um passado relacionado às velhas de deram origem a comunidade e a um território no qual se encontram “agarrados”.

É nesse sentido que podemos afirmar que a comunidade negra rural Cerro das Velhas encontra-se vivenciando uma experiência quilombola. O espaço da Associação Quilombola Cerro das Velhas é um instrumento político fundamental de instrumentalização para essas pessoas. Percebem que o processo de auto-identificação quilombola faz parte de um processo mais amplo de auto-identificação como negro, em que a crença na ancestralidade comum incorpora a noção de quilombola.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

III- Considerações finais

A auto-identificação quilombola é um processo que ainda está sendo vivenciado pela comunidade negra rural Cerro das Velhas. Sua identidade é redefinida a partir de alguns pressupostos, tendo nesse processo de construção alguns marcadores identitários fundamentais, entre eles uma memória coletiva nas velhas escravocratas que deram origem à comunidade através de uma “deixa” de terras, o reconhecimento de uma ancestralidade negra/escrava e estratégias de territorialização que remontam ao período do pós-Abolição.

Considerando os dados etnográficos levantados durante o processo de pesquisa, podemos afirmar que o processo de auto-identificação quilombola dessa comunidade negra rural acontece pelo reconhecimento de que seus membros possuem uma história que remonta a uma ancestralidade específica, pelas estratégias de permanência em seu território, mesmo reconhecendo que “quilombola” seja um conceito ainda em processo de acomodação no interior da comunidade, que tem sido afirmado, construído e reconstruído na sua cotidianidade e memória.

IV- Referências bibliográficas

ANJOS, José Carlos Gomes; SILVA, Sergio Baptista (Orgs.). **São Miguel e Rincão dos Martimianos: ancestralidade negra e direitos territoriais**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. **Terras de quilombo, terras indígenas, “babaquais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas**. Manaus: PPGSCA-UFAM, 2006.

ARRUTI, José Maurício. **Mocambo: antropologia e história do processo de formação quilombola**. Bauru: Edusc, 2006.

BARCELLOS, Daisy Macedo; CHAGAS, Miriam de Fátima; FERNANDES, Mariana Balen et al. **Comunidade Negra de Morro Alto: historicidade, identidade e territorialidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras, In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade seguido de Grupos étnicos e suas fronteiras**. São Paulo: UNESP, 1998, 183-227.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

BENJAMIN, Walter. O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. 7.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 197-221.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 05 de outubro de 1988. 25.ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

CUCHE, Denys. Cultura e identidade. In: **A Noção de Cultura nas Ciências Sociais**. 2.ed. Bauru: EDUSC, 2002, p. 175-202.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

HAERTER, Leandro. **Uma Etnografia na Comunidade Negra Rural Cerro das Velhas: memória coletiva, ancestralidade escrava e território como elementos de sua auto-identificação quilombola**. 2010. 145f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

HAESBAERT, Rogério. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, Milton; BECKER, Bertha K. et al. **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 3.ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2006, p. 43-71.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1990.

LEITE, Ilka Boaventura. **O legado do testamento: a Comunidade de Casca em perícia**. 2.ed. Porto Alegre: UFRGS; Florianópolis: NUER/UFSC, 2004.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. In: **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: EPU, 1974.

NOVAES, Sylvia. **Jogo de espelhos**. São Paulo: EDUSP, 1993, p. 21-74.

O'DWYER, Eliane Cantarino. **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/Associação Brasileira de Antropologia, 2002.

OLIVEIRA, Ronaldo Jorge Rodrigues. **Programa Brasil Quilombola**. Slides apresentados na Cerimônia de Entrega das Certidões de Autodefinição – Comunidades Quilombolas, realizada em Pelotas, em 19 de fevereiro de 2010.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1989, p. 3-15.

WEBER, Max. Relações comunitárias étnicas. In: **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. 3ed. Vol. 1, Editora UnB, 1991, p. 267-277.